

STJ00096871

COORDENADORES

ALEXANDRE COUTINHO PAGLIARINI
MÁRCIA CARLA PEREIRA RIBEIRO

SOCIEDADES E DIREITO

AUTORES

Alexandre Coutinho Pagliarini
Márcia Carla Pereira Ribeiro
Acácia Gardênia Santos Lelis
Alessia Magliacane
Alisson Fontes de Aragão
Ariel Salete de Moraes Júnior
Augusto César Leite de Resende
Christiane Keler de Lima Mendes
Cláudia Coutinho Stephan
Fábia Ribeiro Carvalho de Carvalho
Flávio Marcelo Rodrigues Bruno
Geilton Costa Cardoso da Silva
Gustavo de Macedo Veras

José Alvino Santos Filho
José Washington Nascimento de Souza
Karina Ferreira Soares de Albuquerque
Lucas Cardinali Pacheco
Luiz Bruno Lisbôa de Bragança
Márcia Rodrigues Bertoldi
Maria Távares Ferro
Mário Jorge Tenório Fortes Júnior
Raimundo Giovanni França Matos
Ronaldo Alves Marinho da Silva
Sheila Lobão Molina
Waldimeiry Corrêa da Silva

GZ
EDITORA

Rio de Janeiro
2013

1ª edição – 2013

© *Copyright*

Alexandre Coutinho Pagliarini • Márcia Carla Pereira Ribeiro • Acácia Gardênia Santos Leles
• Alessia Magliacane • Alisson Fontes de Aragão • Ariel Salete de Moraes Júnior • Augusto
César Leite de Resende • Christiane Keler de Lima Mendes • Cláudia Coutinho Stephan
• Fábila Ribeiro Carvalho de Carvalho • Flávio Marcelo Rodrigues Bruno • Geílton Costa
Cardoso da Silva • Gustavo de Macedo Veras • José Alvino Santos Filho • José Washington
Nascimento de Souza • Karina Ferreira Soares de Albuquerque • Lucas Cardinali Pacheco •
Luiz Bruno Lisbôa de Bragança • Márcia Rodrigues Bertoldi • Maria Tavares Ferro • Mário
Jorge Tenório Fortes Júnior • Raimundo Giovanni França Matos • Ronaldo Alves Marinho da
Silva • Sheila Lobão Molina • Waldimeiry Corrêa da Silva

CIP – Brasil. Catalogação-na-fonte.
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

P153s

Pagliarini, Alexandre Coutinho, 1967 –

Sociedades e direito / Alexandre Coutinho Pagliarini ... [et.al.]; coordenação: Alexandre
Coutinho Pagliarini, Márcia Carla Pereira Ribeiro. – 1ª ed. – Rio de Janeiro: LMJ Mundo
Jurídico, 2013.

23 cm

ISBN 978-85-62027-29-1

1. Direitos humanos. 2. Direitos fundamentais. 3. Democracia. I. Pagliarini, Alexandre
Coutinho, 1967 – II. Ribeiro, Márcia Carla Pereira. II. Título.

13-03261

CDU: 342.7

O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei nº 9.610, de 19.02.1998).

Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei nº 9.610/98).

As reclamações devem ser feitas até noventa dias a partir da compra e venda com nota fiscal (interpretação do art. 26 da Lei nº 8.078, de 11.09.1990).

Reservados os direitos de propriedade desta edição pela

GZ EDITORA

e-mail: contato@editoragz.com.br

www.editoragz.com.br

Travessa do Paço nº 23, sala 1.208 – Centro

CEP 20010-170 – Rio de Janeiro – RJ

Tels.: (0XX21) 2240-1406 / 2240-1416 – Fax: (0XX21) 2240-1511

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

INDICE SISTEMÁTICO

PREFÁCIO	V
----------------	---

A HERMENÊUTICA DA NORMA CONSTITUCIONAL NA AUTORIZAÇÃO JUDICIAL DO TRABALHO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES E O CONFLITO COM OS DIREITOS FUNDAMENTAIS

Acácia Gardênia Santos Lelis

Introdução	1
1. A proibição constitucional do trabalho infantil	2
2. Fatores desencadeadores do trabalho infantil	5
3. A hermenêutica constitucional na autorização judicial do trabalho de crianças e adolescentes	9
Conclusões	13
Bibliografia	14

A TESTA IN GIÙ: INTRODUZIONE ALLA PSICOLOGIA DI MASSA DI UNA COSTITUZIONE ANTIFASCISTA

Alessia J. Magliacane

1. Milano, 1945	18
2. Idroscalo, roma, 1975	26
3. Via fani, roma, 1978	34
Riferimenti	41

O EVOLVER DO DIREITO FUNDAMENTAL DO TRABALHO NO CONSTITUCIONALISMO

Alexandre Coutinho Pagliarini / Cláudia Coutinho Stephan

.....	45
Bibliografia	62

O DIREITO FUNDAMENTAL DA DEFESA DO CONSUMIDOR CONSUBSTANCIADO NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Alisson Fontes de Aragão

Introdução	65
1. Direito fundamental de defesa do consumidor	66

1.1. Delimitação e definição dos direitos fundamentais	66
1.2. Terminologia e definição	67
1.3. Categorias.....	69
2. A proteção ao consumidor.....	70
2.1. A necessidade de proteção ao consumidor.....	70
2.2. Normas de defesa do consumidor consubstanciadas na Constituição.....	71
2.3. Dever do Estado de promover a defesa do consumidor.....	72
2.4. Dever do Estado de informação sobre os impostos – Princípio da Transparência Fiscal	72
2.5. O direito do consumidor como limitador da livre iniciativa.....	73
2.6. Permissões, concessões e o direito dos usuários	75
CONCLUSÕES.....	75
BIBLIOGRAFIA.....	76

OS DIREITOS FUNDAMENTAIS NA PERSPECTIVA DO TRABALHADOR

Ariel Salete de Moraes Junior

Introdução.....	77
1. O homem no estado desenvolvimentista e o direito ao desenvolvimento	78
2. A interdependência dos aspectos político, social e econômicos no desenvolvimento	80
3. Os direitos fundamentais. Conceito	82
4. Dignidade da pessoa humana e a relação com os direitos fundamentais	85
5. A importância do trabalho.....	87
6. O estado democrático de direito e o direito fundamental ao trabalho digno.....	88
Conclusões	92
Bibliografia	93

SINDICABILIDADE JUDICIAL DO DIREITO FUNDAMENTAL AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Augusto César Leite de Resende

Introdução.....	95
1. Desenvolvimento sustentável.....	96
2. Direito fundamental ao desenvolvimento sustentável.....	99
3. Sindicabilidade judicial do direito ao desenvolvimento sustentável.....	102
Conclusões	108
Bibliografia	109

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA PARA
ALÉM DE UM DIREITO SOCIAL

Christine Keler de Lima Mendes

Introdução	111
1. Do direito à moradia	112
2. Função social da cidade e da propriedade como prefácios ao direito à moradia adequada	115
3. Regularização fundiária urbana para além de um direito social de moradia	120
Conclusões	123
Bibliografia	124

A QUESTÃO FUNDIÁRIA E A BIODIVERSIDADE:
A DIMENSÃO PATRIMONIAL DO INDIVÍDUO

Fábia Ribeiro Carvalho de Carvalho

Introdução.....	125
1. Superação da dicotomia: a publicização em enfoque	127
1.1. Propriedade e funcionalização da terra	127
1.2. A redefinição do domínio ao alcance	130
2. Além das cercas: propriedade e ambiente	132
2.1. Biodiversidade, territorialidades e populações	132
2.2. Os saberes tradicionais: entre o patrimônio imaterial e material	134
3. O espaço geográfico: nova cartografia	135
Bibliografia	137

ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO APLICADA ÀS MEDIDAS DE
INTERVENÇÃO ESTATAL SOBRE OS CRÉDITOS DE CARBONO:
PERSPECTIVAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS

Flávio Marcelo Rodrigues Bruno

Introdução.....	139
1. Os critérios de aplicação da análise econômica do direito	141
2. O efeito das externalidades negativas de reduzir a eficiência econômica	143
3. Os direitos de propriedade como causa das externalidades negativas.....	146
4. Impostos como intervenções estatais para combater as externalidades negativas	147
5. Intervenções estatais de comando e controle e as licenças negociáveis de emissão de poluentes	149
6. Análise do mercado mundial de crédito de carbono	150

Conclusões	153
Bibliografia	154

O PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA FRATERNIDADE SOCIOAMBIENTAL

Geilton Costa Cardoso da Silva

Introdução.....	155
1. O princípio constitucional da solidariedade no estado brasileiro.....	155
2. A linguagem do direito e a semântica, a sintática e a pragmática.....	159
3. Socioambiental – uma junção do social com o ambiental.....	161
Conclusões	164
Bibliografia	166

CONSUMIDOR CONSCIENTE: EXIGÊNCIA PARA UMA SOCIEDADE SUSTENTÁVEL

Gustavo de Macedo Veras

Introdução.....	169
1. O novo paradigma do desenvolvimento.....	170
2. Consumo: o grande vilão do desenvolvimento?	175
3. Consumo sustentável.....	177
3.1. Fundamentos jurídicos	177
3.2. Consumidor consciente e sustentabilidade.....	180
Conclusões	184
Bibliografia	185

A INTERVENÇÃO DO ESTADO NO PROCESSO PRODUTIVO ATRAVÉS DA TRIBUTAÇÃO SOBRE AS RELAÇÕES DE TRABALHO: ENTRAVE AO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, HUMANO E SOCIOAMBIENTAL

José Alwino Santos Filho

Introdução.....	187
1. Considerações iniciais acerca do significado do trabalho para o processo produtivo	189
2. Oneração sobre as relações de trabalho.....	192
3. Espécies de tributos e contribuições parafiscais incidentes sobre os diversos contratos de trabalho	195
4. Aspectos constitucionais acerca da oneração tributária sobre a produção e seus efeitos sobre os desenvolvimentos econômico, humano e socioambiental.....	198

Conclusões	201
Bibliografia	202

DIREITOS HUMANOS E A INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO NO ATUAL CONSTITUCIONALISMO

José Gomes de Britto Neto

Introdução.....	205
1. A configuração jurídica do princípio constitucional da dignidade da pessoa humana	206
1.1. A atividade humana <i>versus</i> solidarização social	209
1.2. A mitigação da escola liberal	211
2. A ordem econômica na constituição federal de 1988	214
2.1. A intervenção no domínio econômico e suas espécies	217
3. Os direitos humanos na constituição federal de 1988 e sua relação com a ordem econômica	218
Conclusões	220
Bibliografia	221

MEIO AMBIENTE DE TRABALHO: PREVENÇÃO ÀS DOENÇAS OCUPACIONAIS

José Washington Nascimento de Souza

Introdução.....	223
1. O meio ambiente do trabalho	225
2. A prevenção	227
3. A motivação.....	229
4. Causas/recomendações	231
4.1. Relacionadas com o pessoal	231
4.2. Relacionadas com os procedimentos	233
4.3. Relacionadas com as políticas	233
4.4. Relacionadas com os equipamentos.....	234
Conclusões	234
Bibliografia	235

APLICAÇÃO DOS RECURSOS PROVENIENTES DE ROYALTIES DO PETRÓLEO COMO FORMA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL

Karina Ferreira Soares de Albuquerque

Introdução.....	237
-----------------	-----

1. Conceito e origem dos royalties do petróleo.....	238
2. Natureza dos royalties do petróleo.....	240
3. Recursos provenientes de royalties do petróleo como forma de desenvolvimento econômico, social e ambiental	243
Conclusões	248
Bibliografia	250

A INTERVENÇÃO ESTRATÉGICA DO ESTADO SOBRE O DOMÍNIO ECONÔMICO FRENTE AO AGRONEGÓCIO

Lucas Cardinali Pacheco

Introdução.....	253
1. A intervenção do estado sobre o domínio econômico.....	254
2. O agronegócio e o mercado no brasil.....	259
Conclusões	262
Bibliografia	263

A DIGNIDADE HUMANA E O AMBIENTE DO TRABALHO: O USO DO PROTETOR SOLAR COMO EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI)

Luiz Bruno Lisboa de Bragança Ferro

Introdução.....	265
1. A dignidade humana no ambiente de trabalho	267
2. O protetor solar como equipamento de proteção no ambiente de trabalho	272
Conclusões	279
Bibliografia	281

ORDEM ECONÔMICA CONSTITUCIONAL E A DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA: UMA ANÁLISE A PARTIR DE JULGADOS DO TJPR, TJSJ, TJMS E TJRS

Marcia Carla Pereira Ribeiro / Matheus Constantino de Oliveira Lima

Introdução.....	283
1. A personalidade jurídica e sua desconsideração	286
1.1. Breve ensaio histórico	286
1.2. A teoria da desconsideração sob o prisma do direito civil brasileiro	290
1.2.1. A personalidade jurídica	290
1.2.2. Os pressupostos do art. 50 Do código civil de 2002	291
2. A aplicação da disregard doctrine no tribunal de justiça do estado do paraná e nos tribunais de justiça do rio grande do sul, mato grosso do sul e são paulo	293

2.1. Limites metodológicos.....	293
2.2. Tribunal de justiça do paraná - tjpr – levantamento dos recursos analisados.....	295
2.2.1. Dados – primeira etapa da pesquisa empírica.....	295
2.2.2. Análise dos acórdãos sob o prisma da dissolu�o irregular ou ausência de bens como pressuposto para a utiliza�o da teoria do superamento.....	298
2.3. Tribunal de justiça do rio grande do sul – tjrs – levantamento dos recursos analisados.....	301
2.4. Tribunal de justiça do estado de são paulo – tjsp – levantamento dos recursos pesquisados	304
2.5. Tribunal de justiça do estado do matogrosso do sul – tjms – levantamento dos recursos pesquisados	306
2.6. Outros fundamentos	309
Conclusões	309
Bibliografia	315

O PAPEL DAS MULHERES DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS COMO VETOR NA PROMO O DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Fábio Rezende Braga / Márcia Rodrigues Bertoldi

Introdu�o.....	317
1. Desenvolvimento e meio ambiente	322
2. Comunidades tradicionais e sustentabilidade: uma possível alternativa.....	325
3. O ecofeminismo e a mulher tradicional como vetor na promo�o do desenvolvimento sustentável.....	327
3.1 Movimentos sociais	328
3.2. O reconhecimento jurídico internacional: cdb, agenda 21, “planeta fêmea” e rio+20.....	334
Conclusões	341
Bibliografia	344

JURISDI O VOLUNTÁRIA: UM RETROCESSO AO EXERCÍCIO DA JURISDI O

Maria Tavares Ferro

Introdu�o.....	349
1. Situa�o atual do funcionamento dos órgãos jurisdicionais	351
2. Celeridade processual � primordial.....	353
3. Garantia do direito de a�o e exercício do direito de a�o.....	354

4. Administração de interesses privados: é papel da jurisdição?	355
Conclusões	356
Bibliografia	357

O DESVIRTUAMENTO DE INSTRUMENTOS DEMOCRÁTICOS

Mario Jorge Tenorio Fortes Junior

Introdução.....	359
1. Formas democráticas de governo.....	360
1.1. Formas de governo	360
1.2. Poder democrático.....	361
2. Do modelo democrático brasileiro.....	364
2.1. Direitos políticos e sufrágio.....	364
2.2. Métodos de participação popular.....	365
3. Desvirtuamento dos instrumentos democráticos.....	367
3.1. Democracia formal e material.....	367
3.2. Partidos e pluralismo político.....	368
3.3. Da regra da maioria.....	370
3.4. Do “voto de rebanho” e da influência do poder econômico.....	371
Conclusões	375
Bibliografia	376

IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS DO DEFERIMENTO INDEVIDO DA GRATUIDADE DE JUSTIÇA: UMA ANÁLISE À LUZ DO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA IGUALDADE

Raimundo Giovanni França Matos

Introdução.....	377
1. Gratuidade: direito objetivo ou subjetivo? Dicotomia.....	378
2. Por questão de princípio.....	379
3. Igualdade de condições aos desiguais? Gratuidade e acesso à justiça.....	381
4. Posição dos tribunais e a possibilidade de impactos socioeconômicos.....	384
Conclusões	388
Bibliografia	389

A FORMAÇÃO DE MEDIADORES E CONCILIADORES: DIREITOS HUMANOS E A CULTURA DA PAZ

Ronaldo Alves Marinho da Silva

Introdução.....	391
-----------------	-----

1. Instrumento de resolução extrajudicial	393
1.1. Negociação	394
1.2. Arbitragem	395
1.3. Mediação	396
1.4. Conciliação	397
2. Princípios indicadores para a formação do mediador/conciliador: <i>standart ético</i> . 398	
2.1. Livre iniciativa das partes	398
2.2. Não competitividade	399
2.3. Imparcialidade	399
2.4. Confidencialidade	399
2.5. Independência e autonomia	400
2.6. Competência	400
3. Estrutura base para um curso de mediação/conciliação	400
Conclusões	403
Bibliografia	404

A DEMOCRACIA E AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL

Sheila Lobão Molina

Introdução	407
1. Democracia e políticas públicas	408
2. Os modelos de gestão e políticas públicas: contexto brasileiro	411
3. Novo enfoque da gestão pública na construção de espaços públicos de participação	412
4. Carta maior de 1988 e a evolução político-administrativa no Brasil	414
Conclusões	415
Bibliografia	416

TRÁFICO HUMANO: NECESSIDADE DE CLAREZA CONCEITUAL ENTRE O TRÁFICO INTERNACIONAL DE PESSOAS E CONTRABANDO DE PESSOAS

Waldimeiry Corrêa da Silva

Introdução	417
1. Necessidade de uma clareza conceitual para a salvaguarda dos direitos humanos nos fluxos migratórios	418
2. Tráfico de pessoas: primazia pelos direitos humanos?	423
3. Contrabando de imigrantes: infração administrativa e abuso da vulnerabilidade	430

4. Confusões conceituais entre o tráfico de pessoas e o contrabando ilegal de imigrantes.....	431
Conclusões	434
Bibliografia	435